

## PANORAMA GEODEMOGRÁFICO BAIANO – 1991-2000

Araori Silva Coelho\*  
Barbara-Christine Nentwig Silva\*\*

**RESUMO:** *O Estado da Bahia é um imenso mosaico de regiões desiguais, onde contradições ainda pré-capitalistas persistem lado a lado das novas dinâmicas impostas pela globalização, trazidas pela modernização do sistema logístico e da rápida expansão e instalação de redes de telecomunicação, que reduzem os custos e as distâncias, ampliando o potencial centralizador das grandes corporações internacionais. Estes fenômenos globais avassaladores, com frequência, inserem-se em conjuntos de lugares estagnados e desarticulados, diminuindo as desigualdades entre realidades vizinhas ou, até mesmo, aprofundando-as. Diante disso, este trabalho analisa como a população da Bahia está se redistribuindo internamente, através de um diagnóstico interescalar estatístico e cartográfico das mudanças geodemográficas ocorridas neste grande estado brasileiro, entre os anos de 1991 e 2000, com base na geoinformação oficial produzida pelo órgão nacional de geografia e estatística – IBGE. Com o dinamismo crescente das relações econômicas entre lugares dispersos pelo globo, a Bahia recebeu impactos pontuais em seu sistema demográfico. O Estado passou por uma reestruturação regional a partir de centros dinâmicos que provocaram instabilidade demográfica em extensas zonas inertes, como no campo da tradicional zona do cacau e no entorno de Jacobina, Serrinha e Senhor do Bonfim, onde, por exemplo, o êxodo secular persiste assustadoramente.*

**Palavras-chave:** Estado da Bahia; Análise interescalar; Geografia da População.

### INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é a população baiana, com ênfase em suas transformações registradas no final do século XX (entre 1991 e 2000) nos censos demográficos realizados pelo IBGE. Os objetivos estão estruturados dentro de uma perspectiva de sistema, na qual entende-se o Estado da Bahia (i) como parte de um conjunto maior – o Brasil – e, ao mesmo tempo, (ii) um sistema menor de partes articuladas.

Sendo assim, é feita uma análise com enfoque demográfico, espacializando os dados em níveis escalares articulados (mesorregiões, microrregiões e municípios), com auxílio da Cartografia Temática, a qual permite a elaboração de mapas com considerável potencial interpretativo, para uma melhor caracterização dos fenômenos demográficos recentes ocorridos no Estado da Bahia.

Não se trata apenas de uma medição numérica das mudanças demográficas da Bahia na última década do século XX, apesar da necessidade dessa etapa de natureza mais estatística no estudo. A espacialização da dinâmica populacional atual do Estado será exposta através de mapas temáticos e de síntese, lado a lado dos gráficos e tabelas que agrupam os dados que foram usados nestes mapas.

A motivação para este estudo está justamente na busca da compreensão das transformações do espaço baiano com ênfase na população, que é simultaneamente refém de processos globais e a causadora das mudanças citadas, na medida em que participa (concorre)

---

\* Bacharelado em Geografia / Universidade Federal da Bahia. E-mail: araori@click21.com.br – Autor.

\*\* Doutora em Geografia / Professora do Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia / Professora do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. E-mail: barbarac@ufba.br – Orientadora.

dentro da economia brasileira, por exemplo, mesmo que a maioria de seus habitantes esteja marginalizada deste processo.

## A BAHIA COMO PARTE DO BRASIL

Ao quantificar e comparar valores referentes à Geografia Humana, percebe-se que há no Brasil espaços intensamente hierarquizados, seja qual for o nível territorial analisado. Tratando-se de população brasileira, existe uma gama considerável de variáveis que influenciam a fixação de habitações em seu grande território, como o potencial natural de suas paisagens, referentes às condições ecológicas e edafoclimáticas, à disponibilidade de recursos hídricos e minerais, e os processos históricos de posse e ocupação do território.

A diversidade paisagística brasileira se deve a dois aspectos territoriais: (i) à sua extensão latitudinal que lhe permite a ocorrência dos mais diversos climas, desde o subtropical, passando pelo tropical, até o clima equatorial; (ii) à sua extensão longitudinal, na qual a continentalidade e a maritimidade atuam de forma diferenciada pelo seu relevo predominantemente de planaltos pouco acidentados e serras alinhadas no sentido geral norte-sul. Estes dois fatores proporcionam ao Brasil desenvolver uma biodiversidade e uma rede hidrográfica não registrada em nenhuma outra nação do mundo.

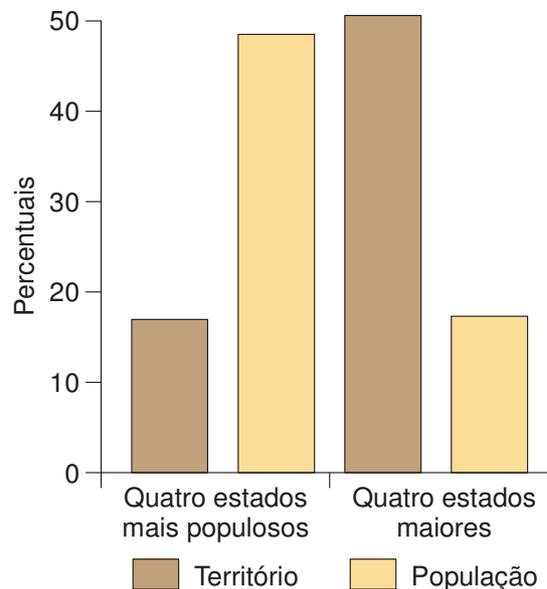
Formações florestais de todo tipo ocupam a maior parte do país, ao lado de formações complexas, como o cerrado, a caatinga e o Pantanal. A Bahia está encoberta, em quase sua totalidade, pelas vegetações de clima seco e semi-árido, que distinguem o tradicional “Sertão”, uma região vasta do interior do Nordeste brasileiro, única em seus aspectos naturais e culturais. É uma zona de povoamento difícil pela sua alta evapotranspiração, escassez de recursos hídricos superficiais, recursos hídricos subterrâneos salinizados, vegetação arbustiva xerófila, solo raso e pedregoso, inadequado para a agricultura comercial, povo miserável e sem instrução, distante da ação dos poderes públicos e dos centros econômicos nacionais. É uma região de expulsão de população pelo mau aproveitamento de seu potencial paisagístico (AB’SABER, 2003, p. 91).

O processo de ocupação do solo brasileiro está intrinsecamente relacionado com o potencial ambiental peculiar de cada setor de seu território, que privilegia ou inviabiliza as atividades econômicas, não só nos remotos séculos da colonização, mas hodiernamente. Como exemplo, o vale sanfranciscano da Região Nordeste, caracterizado pela sua paisagem semi-árida. Nos últimos 20 anos, com a disponibilização de recursos hídricos, o solo aluvial raso e o clima tropical semi-árido mostraram-se favoráveis à fruticultura para exportação, o que fez o Norte da Bahia e o Sul de Pernambuco duas entre as regiões brasileiras onde há significativo crescimento da população rural. Outro exemplo é a cultura de cereais no Oeste Baiano, favorecida pelo clima tropical, o solo arenoso e os terrenos totalmente planos, ideais para o uso de grandes máquinas agrícolas.

A expressão “diversidade regional” é melhor traduzida como “desigualdade” ou “heterogeneidade regional”, em se tratando da Geografia Humana desse imenso país subdesenvolvido. Isto se aplica a qualquer tema abordado, especialmente no que diz respeito à sua estrutura demográfica. A Bahia, mesmo sendo um recorte espacial reduzido deste grande território, reflete estas desigualdades na escala que lhe compete, como será demonstrado a seguir.

Atualmente, a Bahia, com seus mais de 13 milhões de habitantes, tem o quarto maior contingente populacional das 27 unidades da federação brasileira. Juntando-a com São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tem-se quase a metade (48,52%) da população nacional vivendo numa área que corresponde a um sexto (16,95%) do território do país. Por outro lado, os quatro maiores estados (Amazonas, Pará, Mato Grosso e Minas Gerais) concentram a metade (50,60%) da área do Brasil, com um pouco mais de um sexto (17,32%) da população nacional. Temos aqui uma relação de oposição simétrica destas informações, como pode ser comparado na figura 1.

**Figura 1 – Brasil – Comparação  
entre território e população de unidades  
da federação selecionadas – 2000**



Fonte: Calculado com base em dados do IBGE, 2000  
Elaboração: Araori Coelho.

Esta abordagem em estados mostra como está concentrada a população brasileira numa divisão territorial em grandes unidades que terminam por homogeneizar realidades muito díspares. Detalhando a análise num nível administrativo menor, tem-se uma visão mais precisa dos fenômenos geográficos. Com base em mesorregiões, a população mostra-se mais concentrada, como se pode observar na figura 2.

Ordenando a densidade demográfica (hab./km<sup>2</sup>) das mesorregiões em ordem decrescente, fez-se a soma da população das unidades que possuíam os maiores valores de densidade até que se completasse, aproximadamente, a metade (50,12%) da população brasileira que, desta vez, está confinada em apenas 4,22% do território nacional. A Bahia, que na abordagem anterior tinha uma posição de destaque, aparece agora com apenas uma pequena mesorregião costeira. Utilizando-se ainda a ordenação das densidades demográficas mesorregionais em ordem decrescente, fez-se a soma das áreas das unidades mais escassamente habitadas até que se obtivesse a metade do território brasileiro (figura 3).

Percebe-se o contraste na distribuição espacial da população brasileira comparando-se as figuras 2 e 3, onde a maior parte da população nacional está concentrada em uma estreita e descontínua faixa costeira, em oposição a uma imensa zona interiorana praticamente desabitada, com apenas 5,08% dos brasileiros, onde a densidade demográfica média é inferior a 2 hab./km<sup>2</sup>.

**Figura 2 – Brasil – Mesorregiões mais densamente habitadas que somadas concentram 50% da população nacional – 2000**



Fonte: Calculado com base em dados do IBGE, 2000. Elaboração: Araori Coelho.

**Figura 3 – Brasil – Mesorregiões mais escassamente habitadas que somadas concentram 50% do território nacional – 2000**



Fonte: Calculado com base em dados do IBGE, 2000. Elaboração: Araori Coelho.

## AS PARTES DO SISTEMA DEMOGRÁFICO BAIANO

Seguindo o estudo pelo nível das mesorregiões, a Bahia é formada por sete das 137 que formam o Brasil. Pela sua grande extensão, estas unidades terminam por homogeneizar grupos de elementos muito diferentes, porém, são úteis para demonstrar a distribuição de um fenômeno geográfico em extensas zonas do Estado. Entre 1991 e 2000, a população baiana foi acrescida em 1,2 milhão de habitantes, distribuídos de forma desigual pelo seu território, como está na tabela 1.

Obteve-se os valores da coluna de crescimento absoluto com a diferença entre a população regional de 1991 e 2000. Dividindo-se estes valores pelo total estadual, encontrou-se a participação percentual de cada região no todo que é o Estado. Os dados de “acrécimo de densidade demográfica” foram obtidos a partir da divisão do crescimento populacional absoluto pela área da região.

**Tabela 1 – Bahia – Crescimento demográfico das mesorregiões – 1991 a 2000**

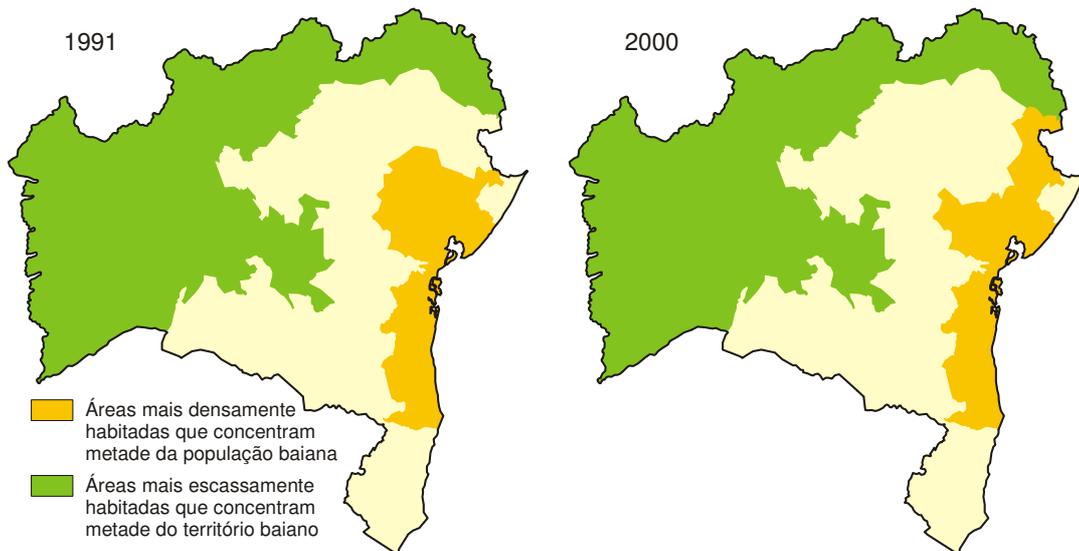
Bahia e Mesorregiões	Crescimento populacional absoluto no período	Percentual em relação ao Estado	Taxa de crescimento geométrico anual (%)	Acrécimo de densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> )
BAHIA	1.202.259	100,00	1,078	2,13
Centro Norte Baiano	62.220	5,18	0,338	0,76
Centro Sul Baiano	208.120	17,31	0,982	1,62
Extremo Oeste Baiano	45.495	3,78	1,075	0,39
Metropolitana de Salvador	581.394	48,36	1,908	51,76
Nordeste Baiano	88.650	7,37	0,698	1,57
Sul Baiano	109.309	9,09	0,637	2,00
Vale São-Franciscano da Bahia	107.071	8,91	1,457	0,92

Fonte: Calculado com base em dados do IBGE, 1991/2000. Elaboração: Araori Coelho.

A metade do crescimento populacional baiano está restrito em uma única região (de Salvador), cuja densidade demográfica aumentou 51,76 hab./km<sup>2</sup> em nove anos, a uma taxa de crescimento geométrico quase duas vezes a média estadual. E, sabendo-se que esta região de Salvador abrange somente 1,95% da área da Bahia, fica claro como os 98,15% restantes do território estadual evoluem num ritmo muito mais lento. Sem a mesorregião metropolitana, o “resto” do Estado teria crescido a uma taxa modesta de 0,776% ao ano, e, mesmo assim, regiões como o Sul, o Centro Norte e o Nordeste Baiano estariam abaixo da média.

Detalhando a escala para o nível de microrregião, pode-se fazer a análise cartográfica das figuras 2 e 3, onde havia a representação da distribuição da população brasileira, a qual está concentrada numa estreita faixa costeira bem distante do imenso interior praticamente desabitado. Esta regionalização aparentemente simples foi realizada a partir da junção das mesorregiões em dois grupos: um, com as maiores densidades demográficas, que contém a metade dos brasileiros, e outro conjunto, com as regiões mas escassamente habitadas, que abrange 50% do território nacional. A figura 4, a seguir, é uma junção das abordagens citadas em um único mapa, desta vez, usando a divisão microrregional baiana e comparando dois momentos (1991 e 2000).

**Figura 4 – Bahia – Distribuição da população em microrregiões – 1991 e 2000**

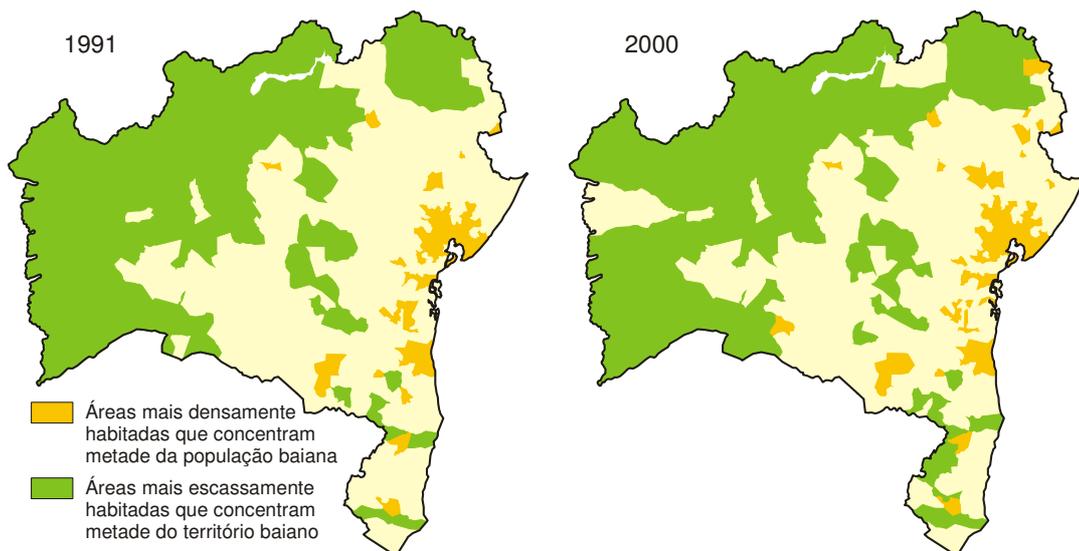


Fonte: Calculado com base em dados do IBGE, 2000. Elaboração: Araori Coelho.

Observando a figura acima, não houve mudança significativa. Porém, a zona interiorana, que abrigava 14,49% dos baianos, com uma densidade demográfica de 6,17 hab./km<sup>2</sup>, passa para 14,61% e 6,85 hab./km<sup>2</sup> respectivamente, enquanto que a zona costeira passa de 89,40 hab./km<sup>2</sup> para 103,22 hab./km<sup>2</sup>. Faz parte da estrutura demográfica baiana a estratificação de sua população, pois, suas regiões evoluem em grande descompasso.

É possível detalhar mais ainda esta abordagem cartográfica de distribuição demográfica para o nível municipal, como pode ser visualizado na figura 5.

**Figura 5 – Bahia – Distribuição da população em municípios – 1991 e 2000**



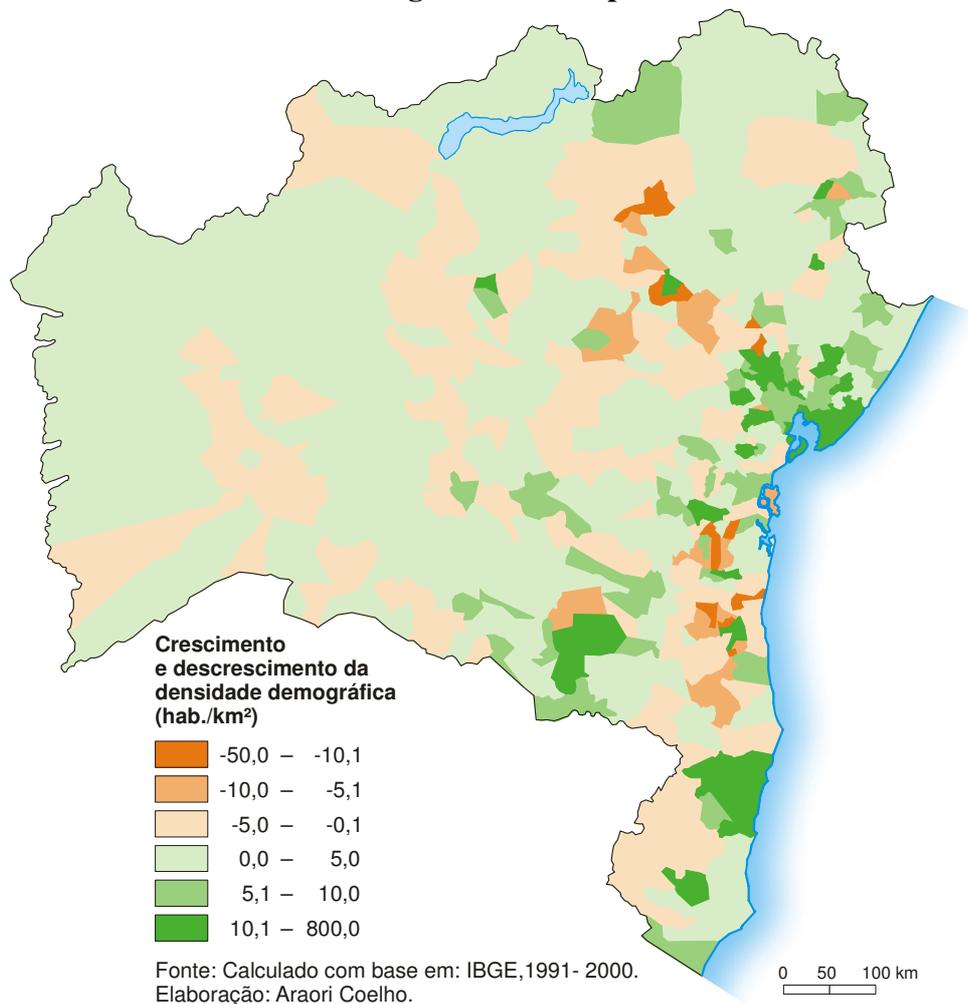
Fonte: Calculado com base em dados do IBGE, 2000. Elaboração: Araori Coelho.

Confrontando esta figura com a anterior, primeiramente, nota-se a zona mais densamente habitada – concentradora da metade dos baianos – bem mais escassa e diluída pelo território estadual, ocupando apenas 4,92% de sua extensão total em 1991 e passando a 6,62% em 2000.

Isto desvia do sentido que esta análise vem seguindo até então, a qual aponta para uma estratificação demográfica no Estado. De outro lado, municípios muito grandes do interior, como Juazeiro e Barreiras, estão saindo da classe das unidades mais escassamente habitadas, a qual está formando uma mancha menos contínua. Tem-se a impressão que está melhorando o quadro de desigualdades regionais na Bahia, porém, será constatado a seguir que este processo se dá em pontos isolados no Estado.

A explicação para esta mudança está no ritmo diferenciado de acréscimo no povoamento dos municípios, pois, é preciso medir o grau de adensamento demográfico e de despovoamento que o Estado sofreu em cada um de seus segmentos territoriais, como está ilustrado na figura 6.

**Figura 6 – Bahia – Crescimento e decréscimo da densidade demográfica municipal – 1991 a 2000**

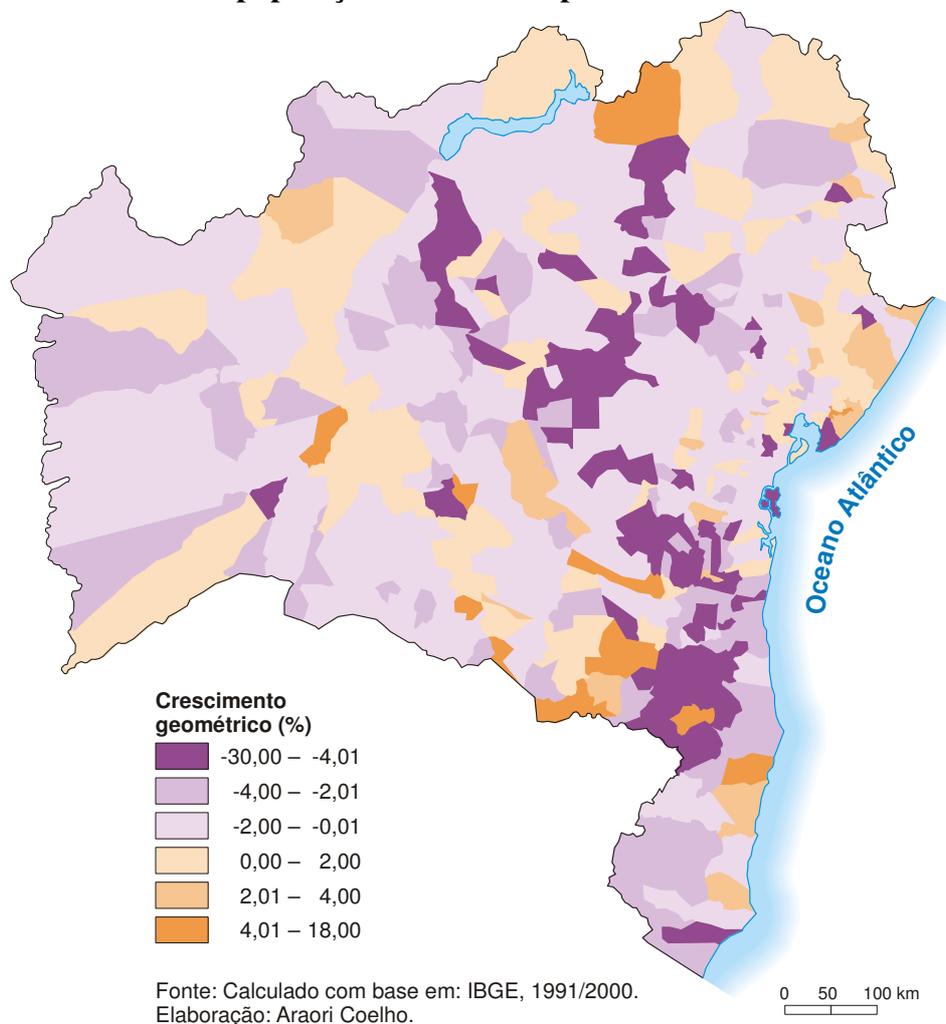


As duas classes intermediárias, áreas que perderam até 5,00 hab./km<sup>2</sup> ou que ganharam até 5,00 hab./km<sup>2</sup>, totalizam uma superfície de 448.114,8 km<sup>2</sup>, ou seja, 79,36% do território baiano. Esta é a imensa zona estagnada, agrupando municípios com poucas mudanças demográficas. Sua população residente passou de 4.135.400 para 4.193.461 pessoas em 2000, ou seja, concentrava 34,84% dos baianos e agora, mesmo com o crescimento muito pequeno, tem 32,08%. As duas primeiras classes, onde as perdas populacionais superam 5,00 hab./km<sup>2</sup>, são formadas por 55 municípios, cuja densidade demográfica caiu de 37,09 para 31,07 hab./km<sup>2</sup>. Sua participação no total da população estadual, que era de 9,38% em 1991, despencou para 7,14% em 2000. Denomina-se esta como a zona de despovoamento crítico, pelo seu volumoso e rápido despovoamento no curto espaço de tempo aqui estudado. Já nas duas últimas classes, onde o

acréscimo demográfico é superior a 5,00 hab./km<sup>2</sup>, seus 138 municípios passaram de 6.619.030 habitantes em 1991 para 7.943.995 em 2000, com uma taxa de crescimento geométrico anual médio de 2,05%, bem superior à taxa da Bahia, de 1,08% a.a. Sua participação na população do Estado, que era de 55,77%, estendeu-se para 60,78% em 2000, numa área descontínua que corresponde a apenas 15,33% do território baiano. Sendo assim, o crescimento populacional é um fenômeno restrito a uma pequena parte do território baiano, diante da grande zona estagnada. No contato entre esses dois tipos de região, tem-se faixas de intenso despovoamento, aprofundando as desigualdades regionais do Estado.

A questão mais problemática do despovoamento da Bahia está na zona rural. Em 1991, a população camponesa baiana era de 4,9 milhões, caindo para 4,3 milhões em 2000, enquanto que a urbana saltou de 7,0 milhões para 8,7 milhões, respectivamente. Foram 553 mil pessoas que desapareceram no campo – um contingente populacional superior ao da cidade de Feira de Santana, a segunda do Estado. A figura 7, a seguir, ilustra este fenômeno.

**Figura 7 – Bahia – Taxas de crescimento geométrico anual da população rural municipal – 1991 a 2000**



Constata-se que a maioria absoluta dos municípios está perdendo população rural. Começa a se desenhar um quadro da catástrofe baiana, da inviabilidade de fixação de população rural. Porém, a mesma cresce no entorno de Vitória da Conquista, com a pujança da economia cafeeira, muitos empregos têm sido gerados no campo, o que atrai imigrantes de outras áreas – talvez da vizinha zona de despovoamento a Leste. Também em Juazeiro, onde a expansão da fruticultura irrigada cria empregos que fixam população no campo.

Na verdade, entre 1991 e 2000, os municípios que tiveram crescimento da população rural somam 177 mil pessoas a mais no campo. Já os municípios que perderam população rural, juntos, totalizam 730 mil habitantes a menos no campo. Daí, a diferença entre estes dois valores é negativa, da ordem de 553 mil pessoas. Este processo de êxodo rural faz parte da estrutura demográfica do Estado da Bahia.

## CONCLUSÃO

Com a análise até então cartografada e quantificada, pretende-se construir um panorama que permita ao geógrafo ter uma ampla visão sobre os fenômenos demográficos sofridos pela Bahia na última década do século XX em diversas escalas, seja do Estado dentro de um sistema nacional ou como um todo à parte, dividido em diferentes níveis de detalhe.

Com a globalização, a amplitude dos novos processos econômicos ganhou projeção geográfica com maior rapidez. Redes urbanas, sociais e políticas ganharam mais dinamismo. No intervalo de uma década podem arrolar-se tantos acontecimentos quanto na totalidade do século passado. Com o dinamismo crescente das relações entre as regiões dispersas pelo globo, a Bahia sofreu impactos pontuais em sua estrutura geográfica interna, passando por uma reestruturação regional a partir de centros dinâmicos que provocaram instabilidade demográfica em extensas zonas de estagnação.

A partir do estudo da Bahia no Brasil, o Estado replica a estrutura demográfica nacional como uma miniatura, porém, com uma heterogeneidade intra-regional mais acentuada e com tendência a se agravar na maioria dos seus níveis escalares.

Com as mesorregiões, nota-se a distância entre a região de Salvador e o “resto do Estado”, assim denominado pelo seu ritmo de crescimento mais lento, que só respondeu por metade do acréscimo populacional baiano, apesar de abranger 98,15% do território da Bahia. Detalhando a análise para microrregiões, aparece uma extensa zona interiorana escassamente habitada, distante do núcleo mais densamente habitado no litoral, sempre em torno de Salvador, que respondeu por 30,60% do crescimento total do Estado.

No caso da Bahia, tudo que foi apresentado neste trabalho contribui para a composição de um quadro que tende a se agravar, no qual as heterogeneidades regionais aprofundam-se. O Estado mostra-se uma imensa zona de estagnação que evolui muito lentamente, cortada por corredores de despovoamento direcionados para núcleos dinâmicos de rápido adensamento populacional, instalados no território estadual, ou mesmo fora dele, em centros econômicos mais distantes. Salvador permanece sendo sua maior aglomeração populacional, como nos últimos cinco séculos de história brasileira, crescendo num ritmo mais acelerado que as outras doze maiores cidades baianas, acrescentando mais de 500 hab/km<sup>2</sup> à sua densidade demográfica em menos de uma década.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil** – potencialidade paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 21 jun. 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 21 jun. 2006.